

Sábado

09-02-2012

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 1696

Imagem: S/Cor

Página (s): 48 a 51

Portugal

PERFIL. A VIDA E OS NEGÓCIOS DE JOSÉ MANUEL SÉRVULO CORREIA

O ADVOGADO D

Aos 74 anos,
fotografado na
terça-feira, dia 7,
na varanda do seu
gabinete na Sérvulo
& Associados





O REGIME

A Defesa dependia dele como de uma droga. Se havia problemas jurídicos nos Negócios Estrangeiros batiam-lhe à porta. A sua sociedade factura muitos milhões ao Estado, mas ele não quer ter políticos no escritório. **Por Vítor Matos**

O alferes Correia, oficial miliciano fardado com as armas de Cavalaria, entrava em 1960 no Tribunal Militar no Campo de Santa Clara, em Lisboa, para defender o seu primeiro caso. O cliente era um soldado acusado por um pai de ter desonrado uma menor de 21 anos. Queria obrigá-lo a casar com a filha. O tropa, porém, garantia que não tivera o exclusivo das intimidades com a rapariga e arrolou testemunhas que o atestaram. Assim, o recém-licenciado em Direito José Manuel Sérvulo Correia, prestes a ser mobilizado para a Guiné-Bissau, conseguiu a absolvição do rapaz, sem saber, até hoje, se o que as testemunhas alegaram era toda a verdade.

Aos 74 anos, meio século depois do primeiro caso, Sérvulo Correia lidera nos serviços de consultoria jurídica prestados ao Estado. Houve ministros de várias cores que não tomavam uma decisão com segurança jurídica sem uma opinião de alguém do seu escritório. Os 63 advogados da sociedade (eram apenas 15 em 1999) estão nas modernas instalações da Rua Garrett, no Chiado, uma das zonas mais caras de Lisboa.

Uma parte desta prosperidade foi paga com dinheiros públicos. De Janeiro de 2008 a Outubro de 2010, o SÁBADO contabilizou no portal Base ajustes directos de entidades públicas à Sérvulo & Associados no valor de 6,2 milhões de euros. A sociedade de advogados que surgia em segundo lugar, a grande distância, era a Vieira de Almeida & Associados com 1,5 milhões de euros. Em Janeiro, o jornal divulgou que a Sérvulo & Associados encaixou 2 milhões de euros em 2011, em ajustes directos. Só o Banco de Portugal pagou 650 mil euros por serviços jurí- ►

► dicas de apoio aos processos de contra-ordenação ao Millennium bcp.

Em 2007, antes da fusão com a Ferreira Pinto & Associados, o sector público representava 57% das receitas da Sérvulo Correia. Mas, por causa das restrições financeiras, o peso do Estado tem-se reduzido. Segundo dados da própria sociedade, o Departamento de Direito Público da Sérvulo & Associados facturou €1.766.002 a entidades públicas em 2008 e apenas €757.105 em 2011 (apesar dos valores adiantados pelo i), uma quebra de um milhão de euros em três anos. Como a fusão com o outro escritório trouxe mais privados para a carteira de clientes, o peso total do Estado baixou para 34,3% na facturação.

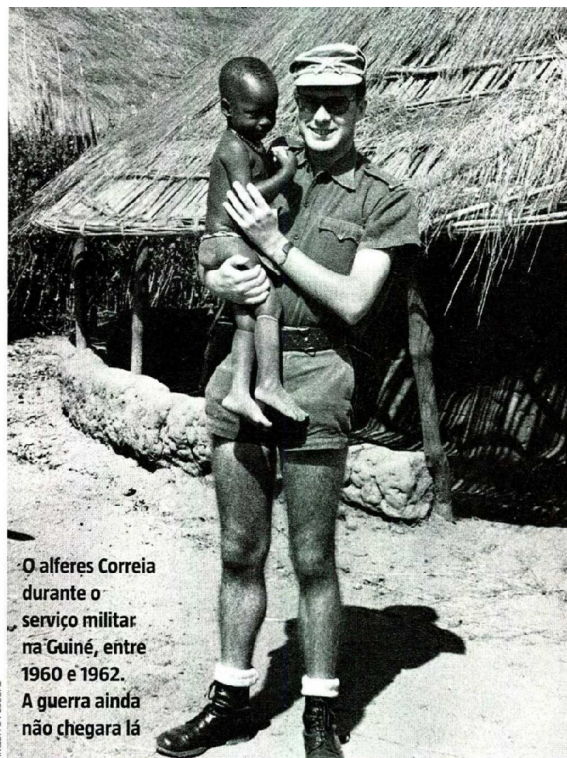
Por ironia, foi a própria Sérvulo que sugeriu que se publicassem os ajustes directos na Internet, quando elaborou, a pedido do Governo, o novo Código dos Contratos Públicos. Agora, a sociedade é constantemente visada em notícias sobre o que factura ao Estado.

Sérvulo Correia acha que os organismos estatais não têm capacidade técnica para tratar de todos os assuntos jurídicos complexos. “O Estado arrisca-se”, diz à SÁBADO, quando corta em assessoria. “O trabalho pode estar a ser feito por pessoas sem o *know-how* necessário. Estas equipas demoram anos a construir e envolvem uma formação muito longa. A campanha contra o *outsourcing* dos serviços jurídicos vai acabar por se virar contra o Estado”, prevê.

A NOTA MÍNIMA DE licenciatura para entrar no escritório é de 17 valores. Ao mesmo tempo, os jovens advogados são incentivados a fazer carreira académica a par da advocacia. O sucesso de Sérvulo nasceu da escassez na oferta. José Miguel Júdice diz que a opção por uma “*boutique* especializada em direito administrativo” lhe deu vantagem.

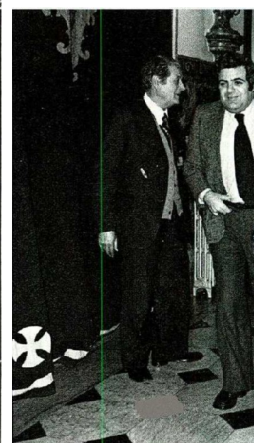
Nos anos 90, começou a ser procurado por jovens juristas. Tal como outros, Isabel Moreira, hoje deputada do PS, pediu-lhe estágio. “Tinha 23 anos e só enviei o meu currículo para a Sérvulo”, recorda. “Tinha-o em tão boa conta que era aquele escritório ou nenhum.” Nessa época, Isabel não tinha livros em casa e Sérvulo disse-lhe: “Sempre que precise de um livro nem bata à porta, entre, tire e leve.” Era conhecido na faculdade de Direito da Universidade de Lisboa como um professor brilhante mas aborrecido, mas ela nunca esqueceu o gesto.

Sérvulo foi durante muito tempo o único jurista e professor universitário que, além de dar pareceres como Diogo Freitas do Amaral



O alferes Correia durante o serviço militar na Guiné, entre 1960 e 1962. A guerra ainda não chegara lá

ARQUIVOPRESSON



Sérvulo (à direita) foi secretário-geral do PSD na liderança de Sousa Franco. Saiu do partido em 1979

ou Marcelo Rebelo de Sousa, também era advogado na área do Direito Administrativo. “Talvez tenha sido o professor mais bem-sucedido da nossa geração”, diz Freitas do Amaral à SÁBADO. “Enquanto nos centrámos na carreira académica e nos pareceres, ele fez um percurso menos frequente e juntou a isso a advocacia.” Em 2005, quando Freitas foi ministro dos Negócios Estrangeiros e houve uma questão jurídica difícil para resolver em Berlim, o secretário-geral do ministério disse-lhe que “sempre que havia um problema que não se conseguia resolver com a prata da casa batia-se à porta de Sérvulo Correia”.

Maria de Jesus Serra Lopes, ex-bastonária da Ordem dos Advogados, recorda-se de ele ser muitas vezes nomeado para ofícios em

Direito Administrativo, porque havia falta de especialistas na sua área e poucos advogados falavam alemão. E ele fazia muitas, não as passava todas a estagiários.

Tinha também já prestígio internacional: em 1995, representou o Estado português no Tribunal Internacional de Haia, na acção contra a Austrália, por causa da exploração de petróleo ao largo de Timor. E ganhou.

Na Guiné, antes de rebentar a Guerra Colonial, o jovem alferes usava uma pistola portuguesa e uma velha espingarda Mauser nas patrulhas ao aeroporto de Bissau. Mas também estava armado com livros de Direito: defendeu um cabo quarteiro que, por acidente, matou um camarada ao disparar uma metralhadora por acidente. Sérvulo ganhou a causa. Com pouco mais de 20 anos, estava longe de imaginar a preponderância que o sector da Defesa teria na sua actividade profissional.

O primeiro grande contrato de Sérvulo Correia com o Estado teve a ver com a aquisição dos submarinos para a Marinha de guerra. Em 1999, o Governo socialista de António Guterres começou por lhe pedir pareceres. O Estado ia lançar um concurso para a aquisição de quatro submarinos (só foram comprados dois) e era preciso criar um esquema de *project finance* para evitar que o valor dos navios fosse todo contabilizado de uma só vez no défice público. A solução passava por um sistema inovador de *leasing* operacional, em que uma empresa detida por bancos comprava os

As receitas de Sérvulo

CONTINUA A SER UM DOS PRINCIPAIS FORNECEDORES DO ESTADO, MAS SENTE OS CORTES

- **1,6 milhões de euros em ajustes directos identificados pelo Tribunal de Contas em 2004 e 2005**
- **1,7 milhões de euros cobrados ao Estado em 2008**
- **757 mil euros facturados ao Estado em 2011**
- **1 milhão de euros de quebra de receitas provenientes do Estado**



Sábado

09-02-2012

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 1696

Imagem: S/Cor

Página (s): 48 a 51



submarinos, alugando-os ao Estado. Mas como os navios de guerra são bens do domínio público, Sérvulo foi chamado para resolver o problema jurídico.

Quando o advogado e ex-bastonário Júlio Castro Caldas foi ministro da Defesa, telefonou ao colega dizendo que tamanho contrato era responsabilidade a mais para um só escritório e deu a componente das contrapartidas a Miguel Galvão Teles. “Tem o dom da clareza nos pareceres, que me auxiliaram muito a formular decisões” diz Castro Caldas à SÁBADO. Mas voltou a ser Sérvulo a concluir o contrato das contrapartidas.

Enquanto durou a aquisição dos submarinos, o escritório foi aprofundando o conhecimento na área militar. Sobretudo através do então sócio Bernardo Ayala (hoje na Uría & Menéndez), a sociedade acompanhou pelo menos a aquisição dos helicópteros EH-101, das viaturas blindadas de rodas, e dos aviões C-295. Uma fonte que desempenhou cargos na Defesa diz à SÁBADO que o ministério chegou a estar dependente do escritório de Sérvulo Correia como de uma droga. Não podia viver sem ele. Isso incluía quer negociações com privados quer respostas ao Tribunal de Contas.

A influência do escritório nesta área atinge o auge no consulado de Paulo Portas, entre 2002 e 2005, quando Bernardo Ayala chega a fazer parte de um órgão consultivo do CDS. Sérvulo Correia não gostou. Ao contrário de todos os outros grandes escritórios, não tem ex-ministros, ex-secretários de Estado ou deputados. “Prefiro não ter dirigentes políticos na sociedade”, diz Sérvulo Correia à SÁBADO. “Não me interessa que sócios enveredem pela carreira política. Como fazemos direito público, sempre que mudasse o governo éramos conotados com os partidos.”

Quem teve alguma carreira política foi o próprio Sérvulo. Entrou para o PPD em 1974, foi secretário de Estado da Emigração no último governo provisório, tornou-se secretário-geral do partido na liderança de Sousa Franco e manteve-se deputado até 1979. Abandonou o PSD na cisão dos Inadiáveis. Contra Sá Carneiro, faltou à votação do Orçamento do primeiro-ministro Carlos da Mota Pinto – seu amigo de tropa na Guiné. Saiu do partido cheio de dívidas ao pai, que o financiou enquanto esteve na política. Ao fim de um ano pagou-lhe tudo o que devia.

O facto mais desagradável da vida profissional de Sérvulo é recente. Em 2009, Bernardo Ayala foi constituído arguido no caso dos submarinos e, embora já tivesse saído da sociedade, o escritório foi alvo de buscas.

JOAQUIM SÉRVULO CORREIA, reitor do Liceu Camões, pai do advogado, queria que o filho fosse professor universitário e ele fez-lhe a vontade, mas só se doutorou em 1987. A educação do jovem foi rígida. Nasceu em Angra do Heroísmo a 30 de Dezembro de 1937, estudou na Escola Primária da Aldeia de Fratel, na Beira Baixa – onde ainda vai todos os meses passar um fim-de-semana na casa da família –, em Castelo Branco e em Lisboa. O pai ensinou-o a ler aos 4 anos, a mãe falava com ele em francês, teve uma professora particular de alemão e desde 2002 está casado com uma sul-africana com quem fala em inglês.

Entrou na faculdade aos 16 anos e acabou

Não quer políticos no escritório, para não ser conotado com partidos

a licenciatura em 1959 com 21 anos e média de 16 valores, sem que os pais alguma vez lhe tivessem dado a chave de casa. Só tinha ordem para ir ao cinema aos sábados e a mãe esperava acordada que ele voltasse. A tradição mantém-se. Todos os sábados vai ao cinema com a mulher, que passa pelo escritório por volta das 19h. Os hobbies são poucos: gosta de fazer viagens invulgaes. Foi à Amazônia à procura das raízes de uma avó e com a mulher à Lituânia, de onde é a família dela. Com sete filhos do primeiro casamento (a mulher morreu em 1998) e 16 netos, podia passar metade dos fins-de-semana em aniversários. Nenhum filho quis ser advogado. ●